

RESENHA

25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP, por Luís Manuel Brás Bernardino e Kamilla Raquel Rizzi (Coord.). Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2023. ISBN 978-989-33-4737-9.1

Resenhista:

Eduardo Freitas Gorga¹

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST)

Universidade Federal Fluminense

Niterói - Rio de Janeiro - Brasil

DOI:10.29327/2293200.15.2-11

Recebido: 20/06/2024

Aprovado: 14/07/2024

A obra "25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP" representa uma fonte de pesquisa singular e inédita sobre o tema para o meio acadêmico. Ela evidencia o que a comunidade foi, o que é e, fundamentalmente, o que pretende ser nos próximos 25 anos (Bernardino; Rizzi, 2023). As particularidades da sua elaboração e as cópias de um compêndio de documentos originais do fórum tornam a leitura extremamente interessante e enriquecedora. O exemplar faz uma essencial reflexão sobre as características da CPLP, expondo heterogeneidades estruturais, institucionais e orçamentárias dos seus nove países-membros, com atenção às fragilidades dos integrantes africanos, como a Guiné-Bissau, que passou por uma reforma no seu setor de Defesa e Segurança na década anterior.

Ainda, os autores abordam os diferentes níveis de cooperação existentes no grupo; sendo esta um dos seus principais pilares de sustentação desde sua origem, em 1996, como pelo bi-multilateralismo. Ressalta-se que a cooperação em Defesa pode ser identificada como uma variável da ampla gama de interações, em distintos setores, entre os Estados-membros da CPLP. Portanto, convém conceituar a perspectiva da cooperação bi-multilateral que, por ser um entendimento recente, requer fundamentação teórica acurada para maior precisão no seu emprego, notoriamente atinente ao quadro de Defesa, consoante ao livro comemorativo do fórum analisado.

Inicialmente, a cooperação é uma manifestação apropriada, partilhada e harmoniosa, ampliadora da estabilidade e das relações entre os Estados (Keohane, 1984). Ela provém das ligações institucionais entre governos despertadas por empreendimentos bilaterais, sendo negociações diretas e pactos firmados entre duas nações, como entre Brasil e Angola, em 1980

¹ efgorga@id.uff.br

Orcid: 0000-0002-7779-1870.

(Rizzi, 2005). Nessa senda, a cooperação pode ser provocada multilateralmente a partir da alçada de atuação de dois determinados países, gerando oportunidades conjuntas para os demais componentes de um agrupamento, bem como o fortalecimento da interdependência e o estreitamento das conexões, em alguma medida, tênues e previamente presentes (Rizzi; Bernardino, 2019).

Para Keohane (1989), conforme a teoria institucionalista neoliberal, as organizações ajustam, de algum modo, o comportamento dos atores nas interações do sistema internacional. Sendo Portugal e Brasil países protagonistas da CPLP, provavelmente, as visões expostas ao longo dos distintos textos da publicação podem representar uma apreciação influenciada pela concepção daqueles que, institucionalmente, possuem melhores e mais favoráveis condições para contribuir com a comunidade, segundo os próprios interesses nacionais.

Cabe frisar que o Professor Dr. Luís Bernardino, Oficial Superior do Exército de Portugal, e a Professora Dra. Kamilla Rizzi, brasileira, ambos pesquisadores experientes do objeto de estudo, coordenadores da pesquisa, autores e organizadores da obra, contaram com a participação e a apreciação de autoridades, como relacionadas aos setores de Defesa dos nove Estados envolvidos e, também, ex-dirigentes de órgãos da CPLP, cujos relatos pessoais constam segmentados no livro.

Em relação à organização, o exemplar está estruturado em três capítulos, cujas subseções figuram identificadas e detalhadas no índice, fato que facilita consultas pontuais. A seção inicial contém imagens históricas, algumas raras, e faz uma retrospectiva desde a formação do fórum, com atenção ao componente da Defesa, originado na primeira reunião de Ministros da Defesa dos Estados da CPLP, em 1998. No decorrer das mais de duas décadas de enlances diplomáticos, ocorreram quatorze cimeiras dos mais altos escalões governamentais, em geral reuniões bianuais de chefes de Estado ou dos seus representantes, para alinhamento contínuo dos objetivos da comunidade, estabelecendo normatizações estatutárias de interesse comum (Bernardino; Rizzi, 2023).

Em 2002, os setores de cooperação cresceram significativamente, indo de cinco para doze, oportunidade em que o componente de Defesa foi incluído. Nesse ínterim, no mesmo ano, em Moçambique, a origem do Centro de Análises Estratégicas (CAE) marcou, simbolicamente, o início das atividades da CPLP de Defesa. Desde então, as iniciativas bi-multilaterais foram gradativamente incrementadas, tendo como exemplos os exercícios conjuntos entre os militares, como das séries FELINO, realizado em vinte oportunidades, e GUINEX, entre as Marinhas, com foco na região do Golfo da Guiné, colaborando para adestramentos de tropas em operações com situações de ajudas humanitárias e contra ameaças como o narcotráfico ou a pirataria por via marítima.

No capítulo seguinte, a obra apresenta os desafios e as contribuições dos países-membros diante do cenário da cooperação em Defesa. Ele destaca aspectos da formação e do desenvolvimento das ações bi-multilaterais no fórum, expondo as dificuldades para a construção das relações e o que necessita ser aprimorado. É importante salientar alguns componentes da Arquitetura de Defesa da CPLP, que pode ser exemplificada pela sua "Identidade de Defesa", formalizada em 2015, pelas quatro edições do seu Colégio de Defesa, na Estratégia para os Oceanos (2011), pelo Mecanismo de Cooperação entre as Forças Armadas para Situações de Catástrofes (2021), no Fórum de Saúde Militar, realizado em dezenove circunstâncias, nas sete Conferências das Marinhas e no Plano para Implementação da Resolução das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, o que está em conformidade com as questões atuais de igualdade de gênero na comunidade internacional (Bernardino; Rizzi, 2023).

O último capítulo aponta retrocessos e avanços, além de indagar e buscar assinalar as possibilidades de pautas e agendas comuns para o futuro da CPLP de Defesa, perante os muitos obstáculos existentes. Pontualmente, esta seção sugere a revitalização das prioridades dadas ao mar e o seu papel estratégico para o fórum, a possibilidade de criação de uma Força Humanitária integrada e cita as interações no "triângulo estratégico" da CPLP, como nas relações civis-militares dos países-membros (Bernardino; Rizzi, 2023). Ademais, entre as potencialidades estão as resoluções conjuntas de desafios, a troca periódica de experiências, a formação e a especialização de recursos humanos, como em intercâmbios técnicos e de adestramentos entre os militares, evidenciando oportunidades de treinamentos e capacitações também para as demais classes de profissionais de segurança.

Ao longo do livro, observa-se que, em trinta e sete ocasiões, o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa da CPLP esteve em compromissos solenes. Ainda, os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas estiveram presentes em mais de duas dezenas de encontros formais, bem como constam depoimentos e testemunhos dos Ministros da Defesa ou dos seus representantes nos países-membros que, igualmente, foram em mais de vinte reuniões da CPLP (Bernardino; Rizzi, 2023).

Percebe-se que a cooperação potencializa a coesão no fórum e isso deve facilitar a superação de determinados percalços de Defesa em curto prazo. Contudo, outros demandam planejamentos e execuções de médio ou longo prazos, que dependem da dedicação e do aprofundamento dos esforços coletivos no âmbito do grupo. A título de exemplo, os déficits de orçamento podem limitar as ações dos Estados integrantes, especialmente insulares africanos, como São Tomé e Príncipe. Além disso, a descontinuidade de determinados projetos impacta diretamente sobre o surgimento de resultados concretos e efetivos para a comunidade.

Outrossim, sob visão crítica e construtiva, nota-se que os Núcleos Nacionais (NN) do CAE, presentes em cada país para propiciar uma estrutura em rede, não são padronizados e contam com distintas estruturas organizacionais. Eles estão dispostos em locais diversos, com quantidades variadas de pessoal especializado. Em razoável medida, uma solução para mitigar os desafios seria que os NN do CAE tivessem funcionários com mandatos fixos de três ou cinco anos, o que reduziria interrupções na coordenação, controle e, conseqüentemente, nos andamentos dos projetos multilaterais, de base proveniente por vezes de iniciativas do bilateralismo.

Constata-se que o mar é fator essencial para a projeção de poder dos países-membros da CPLP, que estão distribuídos singularmente nos continentes asiático, americano e europeu, além de possuir seis participantes africanos. Nesse sentido, a porção sul do oceano Atlântico é fundamental, visto que concentra o maior número de integrantes, dentre eles Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. Ao Norte, também no litoral Atlântico, está situado Portugal, e a Leste, banhados pelo oceano Índico, constam Moçambique e Timor-Leste.

Encaminhando as considerações derradeiras, conclui-se que o Protocolo de Defesa da CPLP, ainda em vigor, assinado em 2006, demanda um processo de revisão de metas para a otimização do ordenamento dos seus objetivos, visando a construção da segurança regional e global dos próximos 25 anos. Isso deve contemplar o amadurecimento das ações de cooperação a partir da liderança do CAE, com a reflexão sobre a continuidade de um pensamento estratégico compartilhado para a comunidade.

Com efeito, a obra em tela é um produto da evolução das atividades do CAE, que realizou quase três dezenas de convenções diplomáticas, contribuindo para as relações entre civis e militares, o que inspira novas análises de especialistas e, sobretudo, para o meio acadêmico.

Por fim, a publicação foi lançada em 28 de novembro de 2023, em Maputo, onde está a sede do CAE, na ocasião em que esta instituição comemorou o seu vigésimo aniversário de atuação nos domínios da Estratégia, contra as ameaças globais das RI atuais e em benefício da difusão de conhecimento entre os Estados-membros. Ele é um marco expressivo para a CPLP de Defesa, sendo elementar fonte de pesquisa para investigadores do objeto em questão.

O cuidado que os seus coordenadores e demais colaboradores tiveram para produzir um repositório de excelência, que reúne indispensáveis documentos estratégicos, incrementa a relevância da publicação e consubstancia, para as gerações vindouras, o passado, o presente e o panorama futuro da cooperação em Defesa da CPLP.

Referências

BERNARDINO, Luís M. B.; RIZZI, Kamilla R. (coord.). (2023). **25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP**. Lisboa: Mercado de Letras Editores.

KEOHANE, Robert O. (1984). **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press.

KEOHANE, Robert O. (1989). **International institutions and state power**. Westview Press.

RIZZI, Kamilla R. (2005). **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS (Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini).

RIZZI, Kamilla R.; BERNARDINO, Luís M. B. (2019). A “Identidade da CPLP no domínio da Defesa”: uma visão ampliada para a cooperação em defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 6 (2): 205-231.